

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.099 - RJ (2017/0211323-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : RICARDO GARCIA SOUZA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL E OUTRO(S) - RJ064900
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por RICARDO GARCIA SOUZA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR. GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO. LEI Nº 11.907/2009. REGULAMENTAÇÃO. SUCUMBÊNCIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ART. 20, § 4º, DO CPC.

1. O pagamento da Gratificação de Qualificação - GQ, estabelecida na MP nº 441/2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, não prescinde de regulamentação pela Administração Pública, sendo defeso ao Judiciário substituir-se ao Administrador para estabelecer os critérios que deverão ser observados para a concessão da gratificação, sob pena, inclusive, de ofensa ao que preceitua a Súmula nº 339 do Egrégio STF.

2. À parte vencida incumbe o pagamento das despesas efetuadas no processo, quais sejam, as custas judiciais e os honorários advocatícios, sendo certo que a imposição da sucumbência não é afastada pela concessão de gratuidade de justiça, tendo em vista que o art. 12 da Lei n.º 1.060/50 apenas possibilita a suspensão do pagamento das despesas processuais, pelo período de cinco anos.

3. De acordo com o disposto no §4º do art.20, do CPC, nas causas em que não houver condenação, como na hipótese de extinção do processo sem resolução de mérito, os honorários deverão ser fixados consoante a apreciação equitativa do Juiz, pautada nos critérios previstos nas alíneas *a*, *b* e *c* do §3º do mesmo artigo, que, além de dispensar a obediência ao limite mínimo de 10% e máximo de 20%, dá margem a que o Magistrado utilize, como base de cálculo tanto o valor da condenação quanto o valor da causa ou, ainda, valor fixo.

4. Apelação do Autor desprovida e apelo da União parcialmente provido" (fl. 188e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls.

192/203e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. PREQUESTIONAMENTO.

1. Consoante já assentou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (vide 2a T., EmbDeclaRExt n.º 160.381/SP, unânime, DJU de 04.08.95, p. 22.497) e a doutrina em uníssono, os embargos declaratórios não se prestam à reforma da decisão embargada, sendo absolutamente excepcionais as hipóteses em que cabível emprestar-lhes efeitos infringentes.

2. No caso dos autos, embora apontada omissão no julgado, apresenta-se indisfarçável a pretensão da parte embargante de, através dos presentes embargos, obter a reforma do decisum, finalidade para a qual a via eleita se mostra inadequada, devendo, se assim o desejar, manejar recurso próprio.

3. A despeito do Enunciado n.º 356 da Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual 'O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento', nem por isso se exige que o acórdão embargado faça expressa menção aos dispositivos legais eventualmente violados para fins de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Isto porque o prequestionamento a ser buscado refere-se à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.

4. Embargos de declaração conhecidos, mas desprovidos" (fl. 222e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. **21-B da Lei 9.657/98 e 129 do Código Civil**, sustentando, em suma, que:

"(...) a correta exegese dos dispositivos legais que versam sobre a Gratificação de Qualificação expressa que a própria Lei contém os requisitos necessários e suficientes para aferir os casos em que é possível a concessão e pagamento da parcela em questão. Assim, mostra-se dispensável a existência de regulamento para se dar início ao pagamento da gratificação, ao menos em hipóteses específicas, como aquela em que se enquadra o Recorrente" (fl. 238e).

Por fim, requer:

"a) seja decretada a nulidade do acórdão proferido no julgamento dos Embargos Declaratórios, retornando os autos para que o Tribunal a quo os julgue novamente, haja vista GRAVE OMISSÃO sobre os efeitos da regulamentação editada no curso do processo, tema não apreciado, apesar de expressa menção em sede de Embargos Declaratórios;

b) na hipótese de rejeição do pedido anterior, considerando-se prequestionada a matéria, sejam reconhecidas as violações infraconstitucionais apontadas nos termos do artigo 105, III alínea "a" da Constituição Federal, e reformado o acórdão recorrido, com o deferimento dos pedidos, conforme lançados na inicial.

c) ante o deferimento de qualquer dos pedidos anteriores, seja condenada a Recorrida ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10%, com base no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC" (fl. 254e).

Contrarrazões a fls. 257/268e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 274e).

A irrisignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando "a condenação da ré ao pagamento da Gratificação de Qualificação – GQ, instituída pela MP 441/2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, desde 1º de julho de 2008" (fl. 107e).

Julgada improcedente a demanda, recorreram ambas as partes, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local, apenas no tocante à verba honorária, com o parcial provimento da Apelação da UNIÃO.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

No que interessa, a fundamentação dispensada pela Corte de origem é do seguinte teor:

"A Medida Provisória nº 441/2008, convertida na Lei nº 11.907/2009, que trata, entre outros, da reestruturação da composição remuneratória das carreiras da área de ciência e tecnologia, dispôs em seu art. 56 que, *verbis*:

(...)

Com efeito, analisando o dispositivo legal em comento, constata-se, como acertadamente concluiu o Magistrado *a quo*,

que 'o pagamento da Gratificação de Qualificação - GQ aos servidores que a ela fazem jus depende de regulamentação, uma vez que é necessário que sejam definidas, em relação aos cursos a serem considerados para o pagamento da gratificação, quais as áreas do conhecimento têm pertinência às atividades de cada órgão, quais as modalidades de curso serão aceitas, dentre outros aspectos' (fls. 109), sendo defeso ao Judiciário substituir-se ao Administrador para estabelecer ditos critérios, sob pena, inclusive, de ofensa ao que preceitua a Súmula nº 339 do Egrégio STF.

Na esteira desse raciocínio, confira-se a jurisprudência desse Eg. Tribunal, inclusive da 8ª Turma Especializada, consoante os arestos abaixo transcritos, in verbis:

(...)

Assim, é de se reconhecer que a sentença recorrida é irreparável nesse ponto" (fls. 175/178e).

Inicialmente, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida no art. 129 do Código Civil, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos

declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73 (1.022 do CPC/2015), por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Quanto ao mais, verifica-se que o acórdão regional guarda sintonia com o entendimento firmado no âmbito da Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1.666.538/SP (Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 20/06/2017), no qual restou assentado que **"o art. 56, § 5º, da Lei 11.907/2009, possui eficácia limitada, pois necessita de norma administrativa para que produza todos os efeitos esperados pelos servidores públicos, inclusive o recebimento da gratificação de qualificação. A regulamentação somente ocorreu com a edição do Decreto 7.922/2013, portanto o recorrente não possui direito ao recebimento da gratificação de qualificação antes da vigência da referida norma administrativa"** (DJe de 20/06/2017).

No mesmo diapasão, confira-se recente julgado desta Corte Superior:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADICIONAL DE GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO - CG. ART. 56, § 5º, DA LEI 11.907/2009. NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA. PRECEDENTE DO STJ.

1. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o art. 56, § 5º, da Lei 11.907/2009 possui eficácia limitada, pois necessita de norma administrativa para que produza todos os efeitos esperados pelos servidores públicos, inclusive o recebimento da gratificação de qualificação. A regulamentação somente ocorreu com a edição do Decreto 7.922/2013, portanto o recorrente não possui direito ao recebimento da gratificação de qualificação antes da vigência da referida norma administrativa" (REsp 1.666.538/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 20/06/2017). Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp

Superior Tribunal de Justiça

1.669.814/SP, Rel.

Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, DJe de 01/10/2018; REsp 1.597.529/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 24/08/2018; AREsp 1.284.397/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 21/06/2018.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.607.199/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/09/2019).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora